Ata da 25ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada no Plenário da CMJP, aos 19 dias do mês de maio do ano de 2026.

Composição da mesa na abertura dos trabalhos

Presidente
Vereador Marcos Henriques e Silva (PT)

Primeiro-Secretário
Vereador Antônio Fábio Soares Carneiro – Fábio Carneiro (SDS)

Lista de vereadores presentes em plenário
Vereador Valdir José Dowsley – Dinho (PSD)
Vereadora Eliza Virgínia de Souza Fernandes (PP)
Vereador Odon Bezerra Cavalcanti Sobrinho (PSB)
Vereador Antônio Luiz de Lima Filho – Toinho Pé de Aço (REPUBLICANOS)
Vereador Carlos Henrique da Costa Santos – Carlão Pelo Bem (PL)
Vereador Damásio Franca Segundo Neto (PP)
Vereador Eder Caxias de Meneses Maia – Eder da Jampa (PL)
Vereador Fábio Nóbrega Lopes (PL)
Vereador Fernando Paulo Carrilho Milanez Neto (MDB)
Vereador Ícaro Fernando de Oliveira Chaves (PODE)
Vereador Ives Rocha Leitão – Mikika Leitão (REPUBLICANOS)
Vereadora Jailma Vasconcelos de Carvalho (PSB)
Vereador João Bosco dos Santos Filho – Bosquinho (PV)
Vereador João Carvalho da Costa Sobrinho – João Corujinha (PP)
Vereador José Freire da Costa – Zezinho Botafogo (PSB)
Vereador Kleber Geraldo Laurentino dos Santos (PDT)
Vereador Luís Paulo de Araújo – Luís da Padaria (AGIR)
Vereador Marcos Bandeira Pequeno (AVANTE)
Vereador Marcos Vinícius Sales Nóbrega (PDT)
Vereador Raoni Barreto Mendes (DC)
Vereador Rômulo Lopes Dantas Coelho (MOBILIZA)
Vereador Valdir Trindade dos Santos (REPUBLICANOS)
Vereador Wamberto Ramos Ulysses de Carvalho (REPUBLICANOS)

Ausentes com justificativa: Vereador Carlos Gustavo Gomes de Oliveira – Guga Pet (PP), Vereador Ricardo da Silva Almeida – Guguinha Moov Jampa (PSD), Vereador Moisés Figueiredo Ferreira Lima – Mô Lima.

Ausentes: Vereador Francisco Henrique da Silva – Chico do Sindicato (AVANTE)

ABERTURA

Às 10h01, o Sr. Presidente disse: "Sob a proteção de Deus, em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão ordinária".

1 PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. Presidente determinou ao Primeiro-Secretário que procedesse a leitura da pauta de matérias do expediente disponibilizada no SAPL (**) e dos documentos do expediente em mesa (*****).

O Sr. Presidente colocou em votação a ata da 24ª Sessão Ordinária, solicitada a dispensa de sua leitura, tendo em vista estar disponível no SAPL. Havendo consenso do Plenário, a ata foi considerada lida e, em seguida, aprovada.

1.1 Demais Matérias Legislativas Encaminhadas (**)

Em pauta do SAPL.

1.2 Discussão e votação de requerimentos, ofícios e indicações (**)

Aprovados os requerimentos, os ofícios e as indicações que constam na pauta do Setor do Expediente (SAPL). Conforme artigo 89, § 2º do Regimento Interno, foram retirados da pauta de votação os requerimentos, ofícios e indicações dos vereadores ausentes na sessão.

1.2.1 Discussão das indicações em destaque:

Não houve.

1.2.2 Discussão dos requerimentos em destaque:

Não houve.

1.4 Demais comunicações

Não houve.

2 ORDEM DO DIA (***)

Apreciadas as seguintes matérias:

ITEM 01: VETO Nº 33/2026
Autoria: Executivo Municipal - Prefeito Cícero Lucena
Assunto: VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 147/2025 (AUTÓGRAFO Nº 3913/2025), DE AUTORIA DA VEREADORA JAILMA CARVALHO, QUE "DENOMINA DE COZINHA COMUNITÁRIA ELENICE PINHO DA SILVA, 'DONA NIL' LOCALIZADA NA RUA FRANCISCO JOSÉ DAS NEVES NO BAIRRO ALTO DO MATEUS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
Parecer: da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa PELA MANUTENÇÃO do veto.
Discussão: Consenso do Plenário.
Votação Simbólica (**): favoráveis: 15; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 13.
Situação: Na presidência, a Sr.ª vereadora Eliza Virgínia declarou mantido o veto.

ITEM 02: VETO Nº 34/2026
Autoria: Executivo Municipal - Prefeito Cícero Lucena
Assunto: VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 246/2025 (AUTÓGRAFO Nº 3918/2025), DE AUTORIA DO VEREADOR FÁBIO LOPES, QUE DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE "INTERVALO BÍBLICO" NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Parecer: da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa PELA REJEIÇÃO do veto.
Discussão: A Sr.ª vereadora Eliza Virgínia disse: "Bom dia, senhores vereadores. Eu não entendo por que vetar o projeto tão simples como esse. Primeiro, que o intervalo bíblico não é obrigatório e não é dentro de sala de aula. O intervalo bíblico é um evento em que alunos cristãos, em todo o Brasil, estão se reunindo durante o intervalo da escola, durante a hora do recreio. Durante o intervalo, eles se reúnem em determinado lugarzinho – no pátio, ou no ginásio, ou dentro da sala de aula, mas não é hora de aula – para fazerem louvores, ler a Bíblia, cantar. Qual é o problema disso? Vereador Ícaro, se eles estivessem se reunindo para fazer baderna, para pichar as escolas, pichar a universidade com palavras horrorosas, para fazer esquetezinho horroroso, para fazer gesto horroroso, para estar se beijando, para estar fazendo besteira, coisa feia, talvez, ninguém ligasse. Mas estão se reunindo para a leitura da Bíblia, para cantar louvores a Deus, para ficar em comunhão, durante o intervalo, quando, às vezes, os alunos antigamente se reuniam para ver Playboy, para fazer coisa feia, para fazer, às vezes, sexo, como eu já ouvi aqui em algumas escolas – momentos como esse, que eu já denunciei aqui, no Ministério Público. Aí ninguém briga, mas para fazer intervalo bíblico, está tendo um veto. Eu não concordo com o veto, é isso. E eu peço aos meus pares que prestem atenção no que estamos tratando aqui, para a gente não concordar com isso." O Sr. vereador Fábio Lopes disse: "Presidente, no artigo 1º, que é a maior dúvida: *Fica autorizada a iniciativa voluntária*. Então, assim – Ícaro, que me perguntou aqui, Corujinha – é bem simples. O intervalo bíblico, no artigo 3º: *Está previamente acordado com a administração de ensino.* Então, não tem nada de obrigação. A gente não proíbe qualquer religião. Aqui não fala nem de religião específica, não tem nada que exclua ninguém. Então, o projeto é amplo, é um projeto importante. A gente sabe que nossa civilização é lastreada em três grandes civilizações: a filosofia grega, o direito canônico romano, e tudo o que a gente vem da moral judaica, ética, cristã.

Essas três grandes civilizações se juntaram e surgiu a civilização Cristã. E aí a gente tem a Bíblia, como esse grande livro norte de várias religiões. Acho o projeto muito importante para nossa cidade e volto a deixar claro: é um projeto livre e não proíbe ninguém, apenas autoriza. Então, conto com o voto de cada um de vocês, nós que defendemos muito a causa cristã. Eu tenho certeza de que hoje João Pessoa votará e derrubará esse veto".
Votação Simbólica (**): favoráveis: 01 (Marcos Henriques); contrários: 16; abstenções: 00; ausentes: 11.
Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou derrubado o veto.
Declaração de voto: A Sr.ª vereadora Eliza Virgínia disse: "Gente, muito bom, muito bom. Nós estamos acostumados a ver baderna nas escolas, estamos acostumados a ver crianças e adolescentes pichando, colocando coisas feias, colocando depredação nos muros das nossas escolas, fazendo bagunça, mexendo com as pessoas, fazendo bullying. Eu fui vítima de bullying na escola. Faziam um corredor polonês quando eu passava, ficavam me criticando, ficavam me julgando porque eu era evangélica, porque eu era gordinha. E agora, nós podemos ter a autorização para as crianças louvarem. O que está precisando no mundo é Bíblia, o que está precisando no mundo é Jesus Cristo, de forma voluntária. Parabéns, vereador. Graças a Deus que nós vamos ter isso nas escolas do município de João Pessoa. Deus abençoe". O Sr. vereador Marcos Henriques disse: "O motivo pelo qual eu votei contra é que nós estamos num país laico. O projeto é um projeto de intervalo bíblico. Eu sou cristão, defendo a Bíblia, no entanto, eu acredito que a inconstitucionalidade apresentada, não quero pecar aqui por omissão, mas a inconstitucionalidade que foi colocada nesse projeto, apresentada pelo governo municipal, na minha opinião, é muito clara, motivo pelo qual eu votei contrário. Aliás, votei a favor do veto apresentado". O Sr. vereador Fábio Lopes disse: "Primeiro, Estado laico... o que é isso? Ele autoriza diversas religiões. E aqui o projeto foi em cima justamente da jurisprudência do Supremo, do Estado laico. Por isso que é apenas uma autorização. Então, está totalmente constitucional. Tive o cuidado total para que a gente não possa pecar. Mas agradecer a todos os vereadores, todo mundo aqui que defende os direitos à família, a liberdade cristã e religiosa. Temos aqui, hoje, vários pastores que estão acompanhando essa sessão, aqui atrás e pela tela. E é isso. Graças a Deus, João Pessoa tem um monumento bíblico aqui, na nossa Lagoa, e um projeto simples, o intervalo bíblico para as nossas crianças, que são nosso futuro e nossa base. A gente agora vai poder defendê-las. Então, muito obrigado, de coração, a todos os vereadores". O Sr. vereador Eder da Jampa disse: "Parabenizar todos os vereadores da Câmara que conseguiram derrubar o veto. É um projeto importante. A Bíblia, um livro cristão, que vai ensinar os nossos jovens, os nossos estudantes, a serem pessoas melhores. A liberdade cristã é isso. Não é nada obrigatório, não irá atrapalhar o decorrer do horário nas escolas. Importantíssimo, e parabéns a esta Casa, que fez valer a Bíblia e Deus, acima de tudo".

ITEM 03: VETO Nº 44/2026
Autoria: Executivo Municipal - Prefeito Cícero Lucena
Assunto: VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 023/2025 (AUTÓGRAFO Nº 3887/2025), DE AUTORIA DA VEREADORA JAILMA CARVALHO, QUE "DISPÕE SOBRE A OFERTA DE LEITOS SEPARADOS PARA MÃES DE NATIMORTO OU COM ÓBITO FETAL NA REDE PÚBLICA E PRIVADA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
Parecer: da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa PELA REJEIÇÃO do veto.
Discussão: A Sr.ª vereadora Jailma Carvalho disse: "Já ouvi ali a recomendação, mas quero aqui expressar aos companheiros que esse projeto de lei não gera custo. É importante que diga isso. Veio lá,

na justificativa, que gera despesa à gestão municipal. Esse projeto não gera despesa, é uma questão de reorganização. É um projeto que traz dignidade, principalmente para as mulheres. É um projeto que preserva também a questão da saúde mental das mulheres. E eu lamento profundamente que a gestão não tenha a sensibilidade de reconhecer a importância de um projeto como esse, que vai trazer mais qualidade e que vai proporcionar uma saúde, de fato, mais humanizada e inclusiva. Então, aqui, eu peço aos meus pares que, se puderem, derrubem esse veto, porque esse é um projeto de lei que vai trazer mais humanização e mais acessibilidade para a saúde. E esse projeto não onera o poder público. O que o projeto propõe são leitos separados para mães que tiveram a perda dos seus bebês. Isso é simples, é uma questão de gestão. Equipe já tem, os espaços já têm, é só uma questão organizacional".
A Sr.ª vereadora Eliza Virgínia disse: "Quero me acostar a Jailma. É um projeto que, em algumas maternidades, já existe. Na Cândida Vargas já existe essa política, mas é uma política de governo, e não uma política de Estado. Precisamos colocar isso em lei para que outros prefeitos, quando assumirem, continuem com essa política, que seja obrigado. Não é justo, não é humano que uma mãe que tenha perdido o seu bebê, com um aborto involuntário, com uma doença, com alguma coisa, fique no mesmo quarto que uma mãe que tenha o seu bebê com toda a alegria e esteja, ali, usufruindo do prazer de amamentar pela primeira vez, de receber os convidados, e aquela mãe que perdeu o seu bebê, que está em luto, possa estar no mesmo ambiente de uma alegria extrema que é a da maternidade. Não custa nada colocarmos isso no papel, vereadora Jailma, então estou com você". O Sr. vereador Milanez Neto disse: "Vereador Odon, deixa eu fazer um apelo a Vossa Excelência para que a gente possa, e aos demais vereadores – vereador Marcos Vinícius –, derrotar esse veto. A gente está falando em condições humanas para uma mãe que acaba de perder o seu filho. E a gente não vai ter custo algum, vereador Odon. Um único real de despesa a mais. A gente apenas está dando dignidade a quem merece, naquele momento de dor. Eu, graças a Deus, nunca passei por isso, não irei passar porque não sou mulher, mas, como pai, eu desejaria que a mãe dos meus filhos pudesse ter um lugar reservado, nesse momento. Então, eu queria convidar cada um dos colegas vereadores para que a gente derrote o veto e que a gente se coloque no lugar daquela pessoa que acabou de perder o seu filho. E, nada mais que uma parede, uma lona, seja o que for, para que aquela pessoa possa passar aquele momento difícil da forma que realmente ela deseja: sozinha, com a família ou com quem ela deseja passar aquele instante. Eu peço ao vereador Odon e aos demais colegas vereadores para que a gente se sensibilize a derrotar o veto". O Sr. vereador Odon Bezerra disse: "Eu compreendo, todas as razões foram já expostas pela vereadora Jailma, pela vereadora Eliza e pelo vereador Milanez, todavia, essa política já é adotada no município de João Pessoa. Então, nós apenas vamos dar continuidade ao que está se fazendo. Será uma regulamentação a uma ação da Prefeitura. Isso é uma política que todo mundo deveria se voltar. Então, se já está, as razões do veto são mais do que justificáveis para mim. E eu oriento a situação a manter o veto".
Votação Simbólica (**): favoráveis: 14; contrários: 08; abstenções: 00; ausentes: 06.
Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou mantido o veto.
Declaração de voto: A Sr.ª vereadora Jailma Carvalho disse: "Agora eu vou expressar para todas as mães que construíram esse projeto conosco. Expressar para vocês que esse veto veio da Prefeitura Municipal, alegando que é algo que já existe. E aqui, o que a gente está propondo, é criar uma política pública. Então, eu lamento profundamente, porque quem perde com esse veto aqui não é a vereadora Jailma, não, quem perde com isso é o município de João Pessoa, que deixa de construir uma saúde humanizada e trazendo dignidade, principalmente para as mães que sofrem com a perda dos seus filhos. Eu lamento profundamente essa postura, esperava mais sensibilidade do prefeito Léo, e lamento profundamente a indicação, pelo líder da situação, para manter o veto. Lembrem bem, mães, que perderam o seu bebê, que estão na maternidade junto com as mães que estão celebrando a vida dos

seus filhos, dos vereadores que votaram a favor desse veto, aqui nessa Casa". O Sr, vereador Odon Bezerra disse: "Apenas ratificar o que eu afirmei: já existe a política no município de João Pessoa. Então, as mães que me veem, que chegam até a Maternidade Cândida Vargas, já têm esse serviço efetuado pelo poder público municipal. Então, eu não vejo essa indignação, vereadora Jailma, chamar as mães contra algo que já existe. Nós não estamos modificando. Então, que se crie nos outros municípios, apenas isso. A política do município já criada, sem ser na lei. Regulamentada através de quê? De gestão pública. Então, não vejo qualquer mácula nesse sentido. Votei e não tenho medo de mostrar a minha cara". O Sr. vereador Milanez Neto disse: "Presidente, colegas vereadores, não é porque já existe que não nos permite fazer uma lei municipal. Essa Casa tem autonomia legislativa para legislar sobre a matéria. O que, na verdade, nós fizemos aqui hoje, foi uma prova de insensibilidade, uma prova de desumanidade, uma prova de não nos colocarmos no lugar de quem perde um filho e ter que ficar ao lado de quem está amamentando ao seu lado. A gente anda para trás. A gente esquece que o que hoje é uma pessoa desconhecida, amanhã pode ser um parente nosso que esteja passando por esse momento. E eu vou fazer aqui um registro pela coragem dos colegas que, mesmo na bancada do governo, tiveram a coragem de votar com as mães que passam por esse sofrimento. É assim que se faz política, com coragem. A gente não pode entregar a nossa consciência a governante, a gente tem que entregar ao povo que nos colocou aqui". A Sr.ª vereadora Eliza Virgínia disse: "Gente, uma coisa é política de governo. Eu posso ser prefeita, como um dia eu quero ser, e fazer qualquer coisa no meu governo, mas, se for uma coisa muito boa, que as pessoas precisem, eu vou querer que isso vire lei para que todos os governos posteriores a aquela prefeitura, aquele momento, cumpram. Outra coisa: existe, na Maternidade Cândida Vargas. Parabéns à diretoria da Cândida Vargas. Já existe, que eu já visitei. Porém, existe nas outras maternidades? Existe nas maternidades privadas? Porque uma lei como essa tem que virar lei para a maternidade pública, para todas, para o Hospital da Mulher, todos os hospitais que forem do município de João Pessoa. O Hospital da Mulher, as públicas, as privadas, a Unimed, Clim, Edson Ramalho. Que haja esse espaço. Não custa nada, só custa a organização de um bom diretor. Só isso". O Sr. vereador Eder da Jampa disse: "Sr. Presidente, se já existe projeto – em respeito ao Vereador Odon Bezerra –, se não gera custo, essa Casa hoje tem um grande passo para mostrarmos e servirmos de exemplo para que esse projeto futuramente abraçasse todo estado, para que a Assembleia pudesse, possivelmente, futuramente levar para todo estado. Então eu acho que, vereadora Jailma, nesse momento de dor de uma mãe que perde o seu filho, sim: um acompanhamento psicológico, um tratamento diferenciado é de fundamental importância para sanar a dor – que nada sanará a dor de uma mãe perdeu um filho".

O Presidente, vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: "Dando continuidade, antes da votação do veto, aproveitar, até também porque a imprensa está aqui presente, e já há alguns dias que eu estou devendo uma satisfação a esta Casa, aos parlamentares e à própria imprensa. Eu recebi um parecer da Procuradoria, um requerimento de número 00224/2025, que é o parecer jurídico sobre a instalação da CPI da Cagepa, e foi devolvido ao parlamentar devido alguns requisitos não preenchidos. E recebo da Procuradoria, ainda no dia de ontem, a conclusão do relatório da Procuradoria, que eu vou ler aqui para simplificar. O relatório está aqui à disposição de vocês e*, '*Ante o exposto, diante do preenchimento dos requisitos previstos, ordenado pelo jurídico vigente da Lei Federal, Orgânica do Município e Regimento Interno desta Casa, opinamos pelo deferimento do pedido de constituição de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, nos moldes constantes do requerimento 000224/2025, com a retificação da comissão, que será composta por 7 (sete) membros, visando à apuração dos fatos ali narrados'. *Então, eu determino à Secretaria Legislativa, num prazo de 48 horas, e também encaminhando ao líder da oposição e ao líder da situação, os líderes das bancadas, para a indicação*

*dos seus membros, e está instalada a CPI da Cagepa nesta Casa, com prazo de 48 horas para que os vereadores indiquem seus nomes aos líderes das comissões, para encaminhamento dos seus membros. Passo à Secretaria Legislativa, peço a publicação no ato do semanário oficial e, a partir de agora, é oficial: está instalada a CPI da Cagepa, solicitada pelo vereador Ícaro Chaves, de acordo com o Regimento Interno, Artigo 77: '*Da proposta da Comissão de Inquérito deverá contar com um terço de membros, e, na portaria da criação, deverá também constar o nome dos vereadores, no máximo de 7 (sete), a finalidade do prazo fundamental, a designação dos membros, comissões parlamentares de inquérito, de acordo com o Regimento Interno'. *Caberá ao presidente a instalação, sobre ato do Regimento Interno. Então, peço aos líderes de bancadas a indicação dos seus nomes".*

ITEM 04: VETO Nº 53/2026
Autoria: Executivo Municipal - Prefeito Cícero Lucena
Assunto: VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 116/2025 (AUTÓGRAFO Nº 3950/2025), DE AUTORIA DO VEREADOR MARCOS HENRIQUES, QUE "DISPÕE SOBRE ADEQUAÇÃO DE TEMPO HÁBIL DOS SEMÁFOROS INSTALADOS PARA TRAVESSIA DE PEDESTRES NAS VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
Parecer: da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa PELA MANUTENÇÃO do veto.
Discussão: O Sr. vereador Milanez Neto disse: "Presidente, mais uma vez, é um veto que não vai ensejar absolutamente prejuízo algum para o poder público. Vai otimizar a mobilidade urbana que, hoje, é um dos maiores problemas que a cidade vive. Vai facilitar e vai disciplinar. É mais um veto que eu acredito que vem de encontro ao que é o dever da gente legislar: legislação de matéria de interesse do povo da nossa cidade. Eu pediria aos colegas vereadores para que a gente também possa derrotar o veto". O Sr. vereador Marcos Henriques disse: "Quando nós colocamos projetos, são projetos que são debatidos com a população. Hoje, nós temos um grande número de acidentes nos semáforos. Então, esse tempo do semáforo precisa ser rediscutido. Eu tinha também sugerido um projeto de iluminação nos semáforos. Então, eu pediria aos colegas vereadores que pudessem ajudar a derrubar esse veto do prefeito Leo Bezerra, porque é um projeto necessário e um projeto extremamente importante para a população de João Pessoa".
Votação Simbólica (****): favoráveis: 16; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 12.
Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou mantido o veto.

ITEM 05: PLC Nº 18/2026
Autoria: Executivo Municipal - Prefeito Cícero Lucena
Assunto: ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 148, DE 08 DE JUNHO DE 2022, PARA INCLUIR O ANEXO I, QUE ESTABELECE AS REMUNERAÇÕES E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DA DIRETORIA EXECUTIVA E DA OUVIDORIA DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE JOÃO PESSOA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.
Discussão: O Sr. vereador Odon Bezerra disse: "Eu quero acalentar o coração do vereador Milanez. Vereador Milanez, ninguém foi nomeado ainda, então não vai retroagir daquilo que não existe. Então, depois disso aqui, o prefeito Léo vai sentar e ver quem são os novos diretores. Então, somente isso aí. Fique gravada a minha palavra: ninguém foi nomeado". O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: "Como meu coração já está acalentado, a única parte que me dava ansiedade é porque, no projeto,

retroagia. Então, se retroagia, já estaria teoricamente empossado, e a gente votou essa matéria com tanta pressa naquele dia, que eu pensava que era para que tivesse tomado posse de forma imediata".
Votação Simbólica (**): favoráveis: 17; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 11.
Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 06: PLC Nº 22/2026
Autoria: Executivo Municipal - Prefeito Leopoldo Araújo Bezerra Cavalcanti
Assunto: ALTERA OS ANEXOS I E II DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 051, DE 07 DE ABRIL DE 2008, CRIA NOVOS CARGOS DENTRO DO QUADRO OCUPACIONAL EXISTENTE, TRANSFORMA O CARGO DE AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL EM TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL E ALTERA A DESCRIÇÃO, AS ATRIBUIÇÕES E AS ESPECIFICAÇÕES DO CARGO DE TERAPEUTA OCUPACIONAL.
Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e da Obras e Administração Pública.
Discussão: O Sr. vereador Marcos Henriques disse: "Queria perguntar aqui ao líder se isso foi discutido com as categorias, com o Sindodonto". O Sr. vereador Odon Bezerra disse: "Respondendo ao vereador Marcos, o então prefeito de João Pessoa, Luciano Cartaxo, fez um TAC com o Ministério Público para serem demitidos, progressivamente, os contratados pela Prefeitura. Esse projeto está aproveitando o pessoal do quadro da Prefeitura Municipal de João Pessoa para suprir as necessidades que vão existindo nas lacunas e naqueles concursos que venham a ter. Então, é tão somente isso, o projeto". O Sr. vereador Milanez Neto disse: "Vereador Odon, eu compreendo demais. Eu só preciso saber quantos cargos vão estar sendo criados, e eu preciso ter a garantia do governo se esses cargos que vão ser criados em comissão serão extintas as contratações, de fato e de direito, para que a gente não esteja criando aqui um grande trem da alegria. O problema que a gente vive é esse. Pelo que a gente está lendo, está se criando mais de dois mil e poucos cargos. Por isso, eu não tenho a certeza de quantos cargos estão sendo criados. Eu preciso votar com a segurança do que a gente está votando, até para que a gente procure saber se, esses cargos comissionados, serão realizados concursos futuros ou se vão ficar como comissionados. Vai ter algum concurso programado para a saúde? Eu não sei. Eu não tenho condição de votar a matéria sem ter a certeza do que a gente está fazendo aqui, agora". Após alguns instantes, retomando a palavra pela liderança da oposição, o Sr. vereador Milanez Neto disse: "Pela falta de transparência na matéria – nós não temos aqui a quantificação de cargos, não temos a previsão de concurso público, não temos a garantia de extinção dos cargos de contratação para assumirem os comissionados –, a bancada votará contrária à matéria, por falta da transparência necessária". Pela liderança da situação, o Sr. vereador Odon Bezerra disse: "Recomendo à bancada a aprovação da matéria em razão do TAC existente, dos concursos que haverá pela Prefeitura Municipal de João Pessoa e para atender a uma necessidade premente da gestão".
Votação Simbólica (**): favoráveis: 15; contrários: 05 (Milanez Neto, Fábio Carneiro, Zezinho Botafogo, Jailma Carvalho, Marcos Henriques); abstenções: 00; ausentes: 08.
Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.
Declaração de voto: O Sr. vereador Milanez Neto disse: "Presidente, vamos encaminhar essa matéria votada hoje ao Ministério Público de Contas e ao Ministério Público, para que possam acompanhar, de fato e de direito. E queria já pedir ao vereador Marcos Henriques para que a gente também possa encaminhar para os sindicatos e categorias envolvidos, para saber até que nível houve a conversação e a discussão com as categorias envolvidas". O Sr. vereador Fábio Carneiro disse: "Senhor presidente,

me acostar à fala do vereador Milanez, até porque se trata de um TAC, que tem um efeito jurídico importante, caso seja descumprido, para encaminhar esta decisão hoje ao Ministério Público, para que ele tome ciência da votação aqui e acompanhar toda essa questão hoje, que foi aprovada na Casa. Muito obrigado".

ITEM 07: PLO Nº 1156/2022
Autoria: Vereador Carlão Pelo Bem
Assunto: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO "PROGRAMA JOVEM FINANCISTA" NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.
Discussão: Consenso do Plenário.
Votação Simbólica (**): favoráveis: 21; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.
Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.
Declaração de voto: O Sr. vereador Carlão Pelo Bem agradeceu aos pares pela aprovação do projeto. Disse: "Ele trata justamente do estímulo aos jovens da nossa cidade a empreender. O que traz dignidade para o povo é o trabalho, é a disciplina, é saber que ele, colocando recursos, aportando recursos, pode gerar capital. Nossa cidade hoje precisa ser despontada como um campo empreendedor, e o projeto Jovem Financista fala disso, coloca dentro das grades curriculares a possibilidade do nosso jovem aprender a empreender, a acreditar em si, nas suas ideias inovadoras, vencer desafios, sustentar sua família sem precisar do Estado. Obrigado a todos os vereadores dessa Casa".

ITEM 08: PLO Nº 1307/2023
Autoria: Vereador Carlão Pelo Bem
Assunto: INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DA REALIZAÇÃO DO EXAME DE MAMOGRAFIA NO PRAZO MÁXIMO DE 30 DIAS A PARTIR DA SOLICITAÇÃO MÉDICA.
Discussão: Consenso do Plenário.
Votação Simbólica (**): favoráveis: 20; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 08.
Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 09: PLO Nº 1375/2023
Autoria: Vereador Carlão Pelo Bem
Assunto: DISPÕE SOBRE FISCALIZAÇÃO NOS FERROS-VELHOS, ESTABELECIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE MATERIAL METÁLICO DENOMINADO DE SUCATA, COMO MEDIDA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO FURTO E ROUBO DE CABOS, FIOS METÁLICOS, TAMPAS DE BUEIRO, PLACAS DE LÁPIDES, CRUCIFIXOS DE BRONZE E OUTROS SIMILARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Discussão: Consenso do plenário.
Votação Simbólica (**): favoráveis: 20; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 08.
Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.
Declaração de voto: O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: "Sempre tivemos uma preocupação com o grande prejuízo que era causado à cidade de João Pessoa, às empresas, aos negócios, no roubo e furto de fios em praças, estações elevatórias da Cagepa. A gente passou por isso há pouco tempo. O furto dos fios de cobre estava levando grandes prejuízos aos empresários. A gente sabe do que está

acontecendo dentro dos cemitérios, o roubo, muitas vezes, de crucifixos de bronze. Então, a nossa ideia é justamente matar isso na ponta. Existe alguém que está enriquecendo ilicitamente, receptando produtos de furto, e a nossa lei municipal aumenta a fiscalização sobre os ferros velhos, sobre o crivo desta Casa. Agradeço mais uma vez aos vereadores pela grande preocupação com a cidade de João Pessoa".

ITEM 10: PLO Nº 1572/2023
Autoria: Vereador Carlão Pelo Bem
Assunto: DISPÕE SOBRE A CASSAÇÃO DA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS E POSTOS DE COMBUSTÍVEIS CONDENADOS PELA PRÁTICA DE CARTEL.
Discussão: Consenso do Plenário.
Votação Simbólica (**): favoráveis: 20; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 08.
Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.
Declaração de voto: O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: "Essa Casa sempre se preocupou com os consumidores da cidade de João Pessoa, principalmente, a vigilância que nós tivemos. Essa Casa instalou uma CPI dos Combustíveis. Essa Casa tem uma preocupação em que todos os serviços e produtos prestados e vendidos ao povo de João Pessoa sejam produtos com licitude, que acompanhem as normas da ABNT, e é um grande passo que nós demos. Esse projeto, presidente, está em andamento desde o ano de 2023, ou seja, a gente já atentava para a atenção e o respeito aos profissionais, à cidade de João Pessoa. Com todo respeito aos donos de combustíveis, mas a gente precisa entender que aqueles que não estiverem dentro da linha da lei e da ordem, terão os seus alvarás cassados e o serviço impedido. A gente não pode ser objeto – o consumidor ser objeto da possibilidade de ter combustíveis adulterados, não completando a quantidade de combustível. Na conclusão, Presidente, lembrar que nós estamos sempre atentos à boa prestação do serviço público da nossa cidade, mas também ao que é vendido pelo setor produtivo. Eu sou um dos homens que defendem o setor produtivo em todas as searas, sei da importância que é o pagador de impostos, o contribuinte, mas a gente não pode negar que existem, muitas vezes, pessoas que se utilizam de má-fé para atribuir ou para ter recursos ilícitos. Então, esse projeto de lei caça o alvará de todos aqueles operadores de combustíveis, postos de combustíveis, que não estiverem dentro da linha da ordem e da lei".

Pela ordem, o Sr. vereador Milanez Neto, a pedido do Sr. vereador Guguinha Moov Jampa, solicitou que os projetos do vereador Guguinha fossem retirados da pauta de votação.

ITEM 11: PLO Nº 90/2025
Autoria: Vereador Ícaro Chaves
Assunto: INSTITUI A POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA ATIVA E DADOS ABERTOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Discussão: Consenso do Plenário.
Votação Simbólica (**): favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 09.
Situação: Na presidência, a Sr.ª vereadora Eliza Virgínia declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 12: PLO Nº 107/2025
Autoria: Vereador Ícaro Chaves
Assunto: ESTABELECE DIRETRIZES PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE CESSÃO

ONEROSA DE DIREITO À NOMEAÇÃO DE EVENTOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS ("NAMING RIGHTS") E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.
Discussão: Consenso do Plenário.
Votação Simbólica (**): favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 09.
Situação: Na presidência, a Sr.ª vereadora Eliza Virgínia declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 13: PLO Nº 181/2025
Autoria: Vereador Ícaro Chaves
Assunto: DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE VAGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL JUNTO A INSTITUIÇÕES PARTICULARES COM FINS LUCRATIVOS PARA CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA.
Discussão: Consenso do Plenário.
Votação Simbólica (**): favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 09.
Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 14: PLO Nº 257/2025
Autoria: Vereadora Eliza Virgínia
Assunto: INSTITUI O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA COMO A CIDADE DA CORRIDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Discussão: A Sr.ª vereadora Eliza Virgínia disse: "Meus pares, faz um bom tempo que nossa cidade está sendo disputada como uma das cidades que mais têm corridas. E nós temos, praticamente todo final de semana, as nossas praias inundadas por atletas que se dispõem a correr e a praticar o esporte, e tem chamado também a atenção do turismo em João Pessoa. Turismo, negócios, lazer e saúde. Então, por conta disso, nós resolvemos fazer com que a cidade seja conhecida no resto do Brasil como a cidade da corrida. Então, peço aos nossos pares para que aprovem esse projeto". O Sr. vereador Milanez Neto disse: Primeiro, parabenizar a vereadora Eliza Virgínia e, também, fazer lembrar aqui de um projeto importante que a gente aprovou pela Casa, do vereador Bosquinho, matéria essa que foi vetada. Eu não sei se votou já o veto, que era da declaração do médico semestral – se não me falha a memória, ou era anual – para que as pessoas pudessem fazer a corrida na cidade de João Pessoa. Eu não sei se já foi votado esse veto, mas, se não foi, vereador Bosquinho, que a gente possa trabalhar para que derrube, para que some ao projeto da vereadora Eliza Virgínia e que a gente, realmente, já estamos inseridos como a cidade da corrida, mas com a corrida com a maior segurança possível, como o vereador tentou fazer através dessa lei".
Votação Simbólica (**): favoráveis: 20; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 08.
Situação: O Presidente, Sr. vereador Dinho Dowsley, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 15: PLO Nº 355/2025
Autoria: Vereadora Eliza Virgínia
Assunto: ALTERA A LEI ORDINÁRIA N° 14.358 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (PROGRAMA MUNICIPAL DE FOMENTO E DIFUSÃO DA ARTE GOSPEL).

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.
Discussão: Consenso do Plenário.
Votação Simbólica (**): favoráveis: 20; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 08.
Situação: Na presidência, a Sr.ª vereadora Eliza Virgínia, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 16: PLO Nº 379/2025
Autoria: Vereadora Eliza Virgínia
Assunto: INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, O DIREITO DOS PAIS E RESPONSÁVEIS DE VEDAR A PARTICIPAÇÃO DE SEUS FILHOS OU DEPENDENTES EM ATIVIDADES PEDAGÓGICAS DE GÊNERO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICAS E PRIVADAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Discussão: O Sr. vereador Marcos Henriques disse: "Senhor presidente, a grade curricular de cada escola, de cada colégio, é feita minuciosamente através do sistema pedagógico. Logicamente que esse tema da ideologia de gênero é um tema que aparece dentro das discussões da extrema direita para ser usado como trampolim político, para ser usado para que as pessoas possam usar todo seu preconceito, toda sua LGBTfobia para colocar projetos que visam confundir as pessoas. Então, eu não poderia votar positivamente num projeto em que serve apenas para trampolim político". O Sr. vereador Fábio Lopes disse: "Você, papai, você, mamãe, que está em casa assistindo isso aqui, nada mais é do que formalizar o que já é normal. Qual o papai e a mamãe que não orientam seus filhos, que não dizem o que vai fazer ou não nos colégios, em relação ao seu filho? Está aqui, gente. Só assegurando, mais uma vez, reforçando que os responsáveis é que têm o direito de vetar alguma participação, e o filho não pode ser obrigado pelo Estado a fazer algo que, de repente, não seja aquilo que os pais entendam que seja bom. Ele não quer ali uma atividade pedagógica que prejudique sua criança. Então, o projeto é simples. Eu tenho certeza que a gente vai aprovar hoje. Defendendo, sim, a criança, para que ela tenha seu direito fundamental, que é a defesa da pureza na infância. Então, tem meu voto a favor. Parabenizo pelo projeto". O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: "Presidente, as palavras do vereador Fábio Lopes são direcionadas à família, aos pais. A gente tem visto o avanço do Estado na intervenção da educação dos seus filhos, dos nossos filhos, e a gente não pode permitir que o Estado, por ter a força de uma caneta durante quatro anos, tome conta da educação dos filhos da cidade de João Pessoa, daqueles pais que têm a sua forma de educar. A gente teve agora, em São Paulo, a prisão do pai e da mãe por 50 dias, em razão de eles estarem educando os filhos dentro de casa. E ele optou por educar dentro de casa uma criança que lê livros – inclusive, seis livros ao ano, quando a média é de um livro ao ano. O índice dessas crianças, pela boa educação – a criança aprende piano, latim –, estava acima da média do ensino. Então, a fala e o projeto da vereadora Eliza nada mais é do que devolver aos pais aquilo que é deles por direito, por direito natural: a educação dos filhos. A gente não pode simplesmente achar que o Estado, por estar dando escola gratuita – que não é gratuita porque é paga pelo contribuinte –, tem o direito de fazer o que quiser com os filhos da nossa cidade. Então, o projeto da vereadora Eliza entra não dentro de um preconceito, mas dentro da proteção da família da cidade de João Pessoa, a qual eu conto demais com os vereadores da Câmara Municipal". A Sr.ª vereadora Eliza Virgínia disse: "A Convenção Americana sobre os Direitos Humanos já estabelece que os pais, e, quando for o caso, os tutores, tenham o direito a que seus filhos ou pupilos recebam orientação de acordo com as suas convicções. Quando um pai não quer que seu filho tenha uma educação ou uma orientação de uma escola, de outro qualquer, sobre ideologia de gênero... e essa orientação, gente, não se dá, assim, com o ensino realmente, não. A orientação vem através de esquetes, de teatrinho, de desfilezinho, como nós já

fomos a uma escola estadual aqui, onde teve a Semana da Diversidade, e lá teve teatro, desfile, 'um trem' só sobre diversidade sexual, mas não tinha diversidade de pessoas com deficiência, por exemplo, não tinha nenhuma outra diversidade, mas somente sobre as questões LGBTQIA+. E por que os pais não têm o direito de que seus pupilos, seus filhos sejam orientados de acordo com as suas próprias convicções? Então, o Estado não deve interferir em certas questões particulares e muito importantes na vida de uma criança, seja ela religiosa ou de identidade de gênero. Então, eu peço aos pares que votem a favor do nosso projeto". O Sr. vereador Odon Bezerra disse: "Vereadora Eliza, entendo demais a sua preocupação, sou pai e avô. Todavia, eu tenho uma dúvida: se caberia a nós. Por quê? Porque toda e qualquer escola tem um programa pedagógico, toda e qualquer uma, e tem que obedecer à LDB. Então, nós estaríamos proibindo algo que seria, ainda, sem saber o quê. Então, eu vou me abster na votação, em razão única e exclusivamente disso".
Votação Simbólica (**): favoráveis: 07; contrários: 03; abstenções: 06; ausentes: 12.
Situação: Na presidência, o Sr. vereador Fábio Carneiro, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.
Declaração de voto: O Sr. vereador Marcos Henriques disse: "Vereador Odon, é impressionante como sempre a extrema direita insiste em negar a ciência. Foi assim na covid, está sendo assim com as leis de diretrizes básicas do ensino. Gente, o que vocês querem é doutrinação. É isso que a extrema direita quer, através de atividades para focar. Eu acredito que a orientação em casa, da questão de gênero, é extremamente necessária. Não existe ideologia de gênero, isso é fantasia. Criaram esse nome para poder tirar proveito político. Ideologia de gênero, isso não existe. Me mostre uma linha onde tem esse negócio de ideologia de gênero. Não existe em lugar nenhum. Então, eu me posicionei contrário a esse projeto, e, na verdade, eu acho que a forma como a extrema direita traz essas questões identitárias é muito nociva à sociedade, inclusive às igrejas. Então, eu fico aqui pasmo com todo esse debate que é levantado nesta Casa. A gente tem tanta coisa importante para discutir, viemos de uma chuva agora, a gente tem tantos pontos para discutir, das obras inacabadas, a questão das Unidades de Saúde da Família, e a gente se pega nesse palanque eleitoral, feito de maneira prematura". O Sr. vereador Fábio Lopes disse: "É bom que hoje o dia está sendo de várias pautas. A gente está vendo como a extrema esquerda vota todas as pautas contra a família, contra a criança, contra o mundo cristão, a favor do aborto. Tudo, em um dia só, a gente está vendo aqui, vereador Carlão. Essa é a extrema esquerda, mas eles querem inverter a narrativa. Mas, nada melhor do que vereadores combativos, que eu estou ladeando aqui hoje como você, Carlão, Eliza, Luís da Padaria, Pastor Valdir, todos aqui, para a gente mostrar para quem está em casa, assistindo. E hoje há informação nas redes sociais. Compartilhar esses vídeos, porque a informação descentralizada e distribuída é a melhor ferramenta do ser humano. Então, tudo o que acontecia lá atrás, com a extrema esquerda, que aprovavam diversos projetos para destruir com a família, hoje, aqui na Câmara Municipal de João Pessoa, nós votamos ao contrário e conseguimos defender a fé cristã, a família, defender a mãe, defender o bebê, defender o nascituro, defender tudo o que lastreia a nossa civilização ocidental. Então, o nosso voto aqui, mais uma vez, confirmado. Muito obrigado a cada um de vocês". A Sr.ª vereadora Eliza Virgínia disse: "Agradecer aos vereadores que são a favor das nossas crianças, agradecer aos vereadores que votaram a favor da família, agradecer aos vereadores que votaram com o Pacto São José da Costa Rica, que preconiza isso. E o Pacto São José da Costa Rica tem força de lei, força de Constituição. Ele diz que os pais têm direito a que os seus filhos não recebam diversas das suas orientações morais, psicológicas e relacionadas, também, à religião. E aqui dizer, vereador Marcos Henriques, que nós queremos doutrinar? Muito pelo contrário. É para evitar a doutrinação ideológica dentro de sala de aula, que esse projeto aqui vai contra. Vai combater. É para evitar que certos professores que são travestidos de professor, que, na verdade, são militantes – militantes de esquerda, militantes LGBTQIA+ –, que ficam

incutindo na criança, que ficam aproveitando a presença cativa dos alunos para colocar, na cabeça das crianças, as suas próprias ideologias. O meu projeto não fala de ideologia de gênero, não – fala de identidade de gênero. Leia direitinho o projeto. Porque nós sabemos da cilada que a esquerda colocou, dizendo que não existe essa história de ideologia de gênero, mas, sim, identidade de gênero. Então bota identidade de gênero sim, porque existe sim. E muitos professores, infelizmente, os maus professores – não são todos, mas muitos professores – se aproveitam da presença cativa dos alunos para incutir na cabeça deles a sua própria identidade, ideologia ou participação política, seja qual for, na cabeça dos alunos". O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: "Primeiro, agradecer aos vereadores da Câmara Municipal de João Pessoa que, em sua maioria, aprovaram um projeto que nada mais é do que colocar com autonomia os pais, e não o Estado. O Estado quer controlar tudo e a todos. Quer controlar a educação do seu filho, os seus recursos dos tributos. O Estado quer controlar a maneira da sua liberdade. E hoje, a Câmara Municipal de João Pessoa está impedindo que militantes, muitas vezes, que ocupam de audiências cativas em sala de aula – e aí, com todo respeito aos grandes e bons professores –, se utilizem dessa audiência cativa para implementar a cultura de gênero dentro das escolas. Se eu sou o pai de uma criança, sou eu que sei o que é melhor ou pior para ela, e aqueles que agem errado, respondem, e aí o Estado tem que intervir. Mas eu quero deixar uma mensagem ao vereador Marcos, que devolve para nós dizendo que nós não acreditamos na ciência. Não, vereador, a gente acredita na ciência. Inclusive, quero trazer para Vossa Excelência o conhecimento de uma psiquiatra, psicóloga, Lyle Rossiter, onde ela diz que ser esquerdista é uma patologia, e não um sentimento de compaixão. Fica essa mensagem. Parabéns aos vereadores que deram aos pais o direito de educar seus filhos".

ITEM 17: PLO Nº 416/2025
Autoria: Vereador Tarcísio Jardim
Assunto: DISPÕE SOBRE O COMBATE À EROTIZAÇÃO INFANTIL E PROÍBE A EXPOSIÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM QUAISQUER ATIVIDADES E AMBIENTES QUE CONTRIBUAM PARA A SEXUALIZAÇÃO PRECOCE OU QUE CONTENHAM OBJETO EROTIZADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Discussão: Consenso do Plenário.
Votação Simbólica (**): favoráveis: 17; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 11.
Situação: Na Presidência, Sr. vereador Fábio Carneiro, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 18: PLO Nº 468/2025
Autoria: Vereador Tarcísio Jardim
Assunto: ALTERA A LEI MUNICIPAL N° 1.824, DE 08 DE JULHO DE 2013, QUE ESTABELECE NORMA PARA DESEMBARQUE DE PESSOAS DO SEXO FEMININO E IDOSOS, EM PERÍODO NOTURNO, NO TRANSPORTE COLETIVO URBANO, EM ÁREAS COM REAL RISCO À INTEGRIDADE FÍSICA DA MULHER E DOS IDOSOS, NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.
Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.
Discussão: Consenso do Plenário.
Votação Simbólica (**): favoráveis: 18; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 10.
Situação: Na Presidência, Sr. vereador Fábio Carneiro, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 19: PLO Nº 483/2025
Autoria: Vereador Tarcísio Jardim
Assunto: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATUIDADE DE ENTRADA PARA POLICIAIS MILITARES, POLICIAIS CIVIS, POLICIAIS PENAIS, BOMBEIROS MILITARES E GUARDAS CIVIS MUNICIPAIS, AGENTES DA SECRETARIA DO ESTADO DA JUSTIÇA, AGENTES DE TRÂNSITO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE IDENTIDADE FUNCIONAL E MEIA ENTRADA AOS SEUS DEPENDENTES ÀS SESSÕES DE CINEMA, TEATRO, SHOWS, FEIRAS, EXPOSIÇÕES, EVENTOS CULTURAIS E ESPORTIVOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Discussão: O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Esse projeto aqui me dá uma certa preocupação, porque, por trás de um show, de uma exposição, tem um produtor, tem toda uma cadeia de pessoas que têm que ser remuneradas. Então, eu me preocupo muito que, se você conceder entrada gratuita para toda essa gama de segmentos que o vereador Tarcísio colocou aqui, não vai prejudicar aqueles que fazem a cultura, aqueles que fazem a exposição, aqueles que têm o cinema, aqueles que têm o teatro, que vão ao teatro. Os produtores, o iluminador. Então, a pergunta que eu faço é se o então vereador, o deputado Tarcísio, que está aqui no plenário, dialogou com esse segmento, com os produtores, com as pessoas; se houve a anuência dessas pessoas, para que a gente não possa querer aprovar, cobrir um santo e descobrir outro. Então, primeiro, a pergunta que eu faço é essa. Por quê, se não foi, eu não terei como votar favorável”. O Sr. vereador Zezinho Botafogo disse: “Vereador Marcos Henriques, Vossa Excelência foi muito feliz nas suas colocações, e eu também me preocupo, até porque a história aqui, nesta Casa, já provou isso. Ao longo de várias votações aqui, de concessão, de gratuidade, principalmente do transporte público, levou o transporte à falência. E essas gratuidades, eu tenho muito zelo e muito cuidado, porque alguém paga por elas, como Vossa Excelência cita aí. Vai ter, por exemplo, aqui, um show artístico. Eu acho muito bonito o trabalho do deputado hoje, Tarcísio, em relação ao segmento que ele defende. É bonito, é bacana, parabenizo ele, mas eu não me sinto confortável para votar, porque as pessoas que organizam têm que tirar de alguém. Quem termina bancando é aquele jovem que não tem um emprego, que não tem salário, que depende de um pai, de uma mãe, de um amigo para poder ter seu lazer. Então, essas casas, essas gratuidades, elas trazem realmente uma preocupação e, eu repito: não me sinto confortável em votar gratuidade e concessão, quando se trata dessa questão pública. Muito obrigado, senhor presidente”. O Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Eu comungo com o pensamento do vereador Marcos, com o vereador Zezinho. Alguém tem que pagar. Eu pergunto: chamaram essas categorias para discussão? Qual o impacto que isso vai causar? Vai poder inviabilizar show na cidade de João Pessoa? Então, qual o número de pessoas? São policiais militares, são agentes de segurança e familiares. Aí, estende para familiares. Então, com a devida vênia ao eminente deputado Tarcísio, eu não posso me acostar a uma matéria como essa e recomendo, inclusive, à bancada, a votação pela derrota”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “A gente tem o nosso fazer político e cada vereador tem a sua expansão, a sua atuação, e isso é respeitado por todos. Mas as palavras do vereador Marcos, do vereador Odon, do vereador Zezinho, elas trazem para nós, vereadores, luzes de entendimento. A gente pode reconhecer todas essas categorias: policiais civis, policiais militares, policiais penais, bombeiros militares, guarda civil municipal. Todos eles merecem o respeito desta Casa, a valorização do seu salário. Mas a gente não pode, dentro da Câmara Municipal de João Pessoa, legislar atuando diretamente na iniciativa privada. A gente está chocando-se diretamente com o princípio constitucional da livre iniciativa – a gente não pode fazer isso. Por mais que nós quiséssemos, por mais que nós desejássemos, o vereador é vedado, é impedido por força e garantias constitucionais. Por mais que nós quiséssemos, a ordem constitucional impede que nós, vereadores, façamos uma intervenção tão direta na iniciativa privada. Pode, sim, ajudar esses

profissionais, mas não da maneira que está sendo colocada. Então, parabenizo também o vereador pelo seu projeto, vereador Tarcísio, mas, diante da força constitucional, os vereadores não têm como acompanhar a medida dessa lei". O Sr. vereador Eder da Jampa disse: "As forças de segurança precisam mais do que ser valorizadas, mas, quando a gente parte para o tema da gratuidade, para quem está fazendo um evento, show, o custo operacional é tão alto, que a gente estende também nos dependentes familiares, como o vereador Odon falou. É um prejuízo financeiro muito grande. Reiterando, mais uma vez, que as forças de segurança merecem, sim, ser valorizadas, mas não podemos tirar de quem está ali promovendo o evento, fazendo algo para o público específico ou variado, de ter o seu lucro na bilheteria, sendo abonado dessa forma. Então, assim, eu acompanho os amigos e, também, vejo outras formas de valorizar essas forças de segurança, mais que merecidas".
Votação Simbólica (**): favoráveis: 00; contrários: 15; abstenções: 00; ausentes: 13.
Situação: Na presidência, a Sr.ª vereadora Eliza Virgínia declarou rejeitado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 20: PLO Nº 596/2025
Autoria: Vereador Tarcísio Jardim
Assunto: DENOMINA DE UPA MANOELA CAPLA DE VASCONCELOS DOS SANTOS DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Discussão: Consenso do Plenário.
Votação Simbólica (**): favoráveis: 18; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 10.
Situação: Na presidência, a Sr.ª vereadora Eliza Virgínia declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 21: PLO Nº 612/2025
Autoria: Vereadores Carlão Pelo Bem, Dinho, Eliza Virgínia, Fábio Lopes, Marcos Henriques, Mikika Leitão e Tarcísio Jardim
Assunto: INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, O PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO À SEXUALIZAÇÃO E ADULTIZAÇÃO PRECOCE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - PEA.
Discussão: A Sr.ª vereadora Eliza Virgínia disse: "Senhores vereadores, eu estou muito feliz. Ontem foi o dia 18 de maio, o Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual Infantil. E neste dia 19, logo após esse dia, portanto, no mês de maio, no mês da proteção da criança, no Maio Laranja, eu estou aqui com o nosso lacinho laranja, onde nós sabemos que, nesses últimos 10 anos, triplicou o número de crianças abusadas sexualmente. E, infelizmente, Damares me deu um dado ontem terrível, gente. Nós tínhamos aqui o desprazer, o nojo de termos a criança mais nova abusada no Brasil, que era uma criança de 5 dias de nascida e, ontem, nós ficamos sabendo, onde o delegado disse na audiência com ela, que uma criança de 4 horas de vida foi abusada. Isso deixa a gente arrepiada e enojada. E como é que a esquerda não vota um projeto para endurecer as penas para os pedófilos? Isso é conivência. E, nesse dia, vários dos nossos vereadores, nos unimos no projeto, no Programa de Enfrentamento da Sexualização e Adultização Precoce das Crianças. Seja por causa do Felca, seja ou não seja, foi ele que deu uma luz, aumentou o holofote para esse assunto. Mas teve o Ítalo Santos, daqui, que está preso ainda, que eu denunciei, que Damares denunciou, que várias pessoas denunciaram. E a erotização de crianças é crime, e ele levava crianças para ficarem lá, dançando, fazendo suas danças, insinuando sexo dentro da sua casa, das boates aqui de João Pessoa, lá em Mandacaru. Sim, e está certo, está preso. Parabéns para a Justiça paraibana, sim. Que Deus abençoe e proteja as nossas crianças desses adultos absurdos. E que esse crime possa ser cada vez mais penalizado, que nós possamos aumentar a

pena para pedófilos e abusadores de crianças. Obrigada, presidente". O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: "Esse projeto que está sendo votado hoje institui, no nosso município de João Pessoa, o Programa de Enfrentamento e Combate à Sexualização e Adultização Precoce de nossas crianças. Uma criança erotizada, uma criança sexualizada, vai fazer com que, no futuro, ela seja um adulto doente. Quem está dizendo isso é a própria ciência. Estudos já trazem que a erotização precoce de uma criança vai fazer com que ela seja um adulto doente, com problemas depressivos, e a gente precisa combater esse mal na origem. A gente está no mês de maio, no Maio Laranja, um mês de proteção da criança, de combate à exploração sexual infantil, e esta Casa faz um grande gesto de zelo e respeito às crianças, aprovando esse projeto. A proteção das nossas crianças, dos nossos inocentes, o combate à sexualização infantil, o combate aos abusos sexuais de nossas crianças. Nós precisamos proteger a inocência dos filhos de João Pessoa, dos filhos da Paraíba, e o projeto de lei desta Casa, aprovado hoje, pensado a muitas mãos, comigo e com os demais vereadores, vai inibir essa violência contra nossas crianças". O Sr. vereador Marcos Henriques disse: "Também subscrevi esse projeto porque eu entendo a questão da sexualização de menores. Eu, enquanto presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, mais do que ninguém, sei disso. Agora, Vossa Excelência tenta politizar um tema tão importante, um tema tão necessário, com esse olhar da esquerda. Vereadora, eu vou só esclarecer o que aconteceu. No ano de 2022, a oposição pediu uma inversão de pauta e essa pauta foi invertida. Agora, eu queria lembrar à senhora que, em 2023, 2024, 2025 e 2026, quem comandava o Congresso Nacional eram seus aliados. Dê uma ligada para Hugo Motta, peça para ele colocar. Dê uma ligada para o Senador Efraim e peça para ele colocar isso em pauta. Agora, querer culpar a esquerda, pelo amor de Deus, vereadora, isso aí é politizar uma questão como essa. A gente desvia o verdadeiro propósito, que é o combate à sexualização de crianças e adolescentes". O Sr. vereador Wamberto Ulysses disse: "Esse projeto é de extrema importância, assim como o meu, que já é lei, o de nº 15.726 (quinze mil setecentos e vinte e seis), que combate essa adultização infantil e a exploração de crianças e adolescentes na internet. Hoje, tem um dado de que, a cada 100 (cem) crianças que estão on-line, 54 (cinquenta e quatro) estão sofrendo abuso ou exploração nas redes sociais. Então, esse nosso projeto visa a essa semana de campanha, a esse combate à adultização, à exposição indevida também, e é mais uma forma para que a gente possa tirar do papel esta lei, dando efetividade, fazendo campanhas, educações permanentes nas escolas, capacitação dos nossos profissionais da saúde. Enfim, essa corrente e esse tema não podem sair, digamos, entre aspas, de moda, aqui desta Casa. Temos que ter essa preocupação com nossas crianças e projetos como esse terão sempre o meu voto favorável".
Votação Simbólica (**): favoráveis: 18; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 10.
Situação: Na presidência, a Sr.ª vereadora Eliza Virgínia declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Pela ordem, o Sr. vereador Milanez Neto solicitou prorrogação da sessão e a contagem de quórum. Não tendo quórum necessário, a votação foi suspensa.

Na Presidência, a Sr.ª vereadora Eliza Virgínia determinou a inversão de pauta para dar início ao Pequeno Expediente.

1.3 Comentários

O Sr. vereador Luís da Padaria disse: “Hoje recebi a notícia de uma pessoa muito querida. Meus sentimentos para todos da família de Expedito Carvalho, que nos deixou hoje. Uma pessoa que fez muito pela educação de João Pessoa, e o falecimento dele hoje deixou a gente triste, porque era uma pessoa que cuidava muito da educação”. Em seguida, pediu para a técnica apresentar um vídeo em que ele visitava um local no bairro Mangabeira, onde havia esgoto correndo na rua. Continuou: “Gente, é uma coisa que não dá para acreditar. Praticamente a rua toda, e segue para a segunda rua. Esse esgoto está estourado há mais de 90 dias. Tem PSF, tem os comércios. É na Rua Agripino Paulino da Costa, lá em Mangabeira. Agora é um pedido, vereador Milanez. Eu não estou fazendo política aqui, você me conhece. É a Rua Agripino Paulino da Costa, bairro Mangabeira, Cidade Verde. Deixa lhe dizer: isso é um clamor dos moradores. Tem PSF, tem um comércio grande lá, e as pessoas não estão podendo nem entrar no comércio. Ontem eu estive com o pessoal lá e, rapaz, praticamente tem uns 30 pedidos. O pessoal liga e a Cagepa não está dando atenção à população. É isso que a gente precisa imediatamente ver, o que a Cagepa pode fazer para ajudar a população. Porque isso aqui é esgoto. Você chega lá e é uma fedentina terrível. Gente, precisamos que a Cagepa tome o feito a ordem, porque, infelizmente, está complicado, na cidade de João Pessoa. Obrigado”.

O Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Ontem, nós tivemos, aguardado por todo o Brasil, a relação dos jogadores que iriam compor a Seleção Brasileira para a Copa do Mundo. E, na relação, dois paraibanos, Matheus Cunha e, também, um oriundo aqui da terra, de João Pessoa, na lateral esquerda, Douglas Santos, de Mangabeira. Para nós, motivo de muita alegria, Matheus principalmente, porque vem na barriga da mãe. Carmelo é meu amigo fraterno, meu irmão, que é o pai dele. Morávamos de frente, na Flávio Maroja, aqui em Tambiá, e éramos amigos de futebol. Mas o que pouca gente viu, foi símbolo de um voto de aplausos que foi aprovado nessa Casa hoje. Tinha um outro paraibano, José, nome simples, mas ele ilustrou aquele evento, que teve uma repercussão não apenas no Brasil, mas a nível mundial, pela rede de computadores, pelo YouTube. E, José, eu tive a satisfação de ser seu professor no Unipê e ser seu admirador, enquanto artista. Ele tem uma obra cultural bastante interessante aqui, autor de várias músicas. Faz um trabalho solo hoje no Rio de Janeiro, mas não esquece as nossas raízes. Ele sai de bacharel em Direito para um artista que, agora, transcende não a Paraíba, o Nordeste, mas todo o Brasil. Então, esse voto de aplausos eu quero agradecer a todos os colegas, porque pouca gente sabia que José era aqui, da cidade de João Pessoa. Ele adotou esse nome artístico bem simples, de um cidadão de João Pessoa, e que hoje transcende. Para mim, foi motivo de muita alegria ver a convocação de Matheus, ver a convocação de Douglas Santos, mas também tive uma alegria ímpar em ver José também brilhar no mundo da música, num evento a nível mundial. Muito obrigado, senhores vereadores, e voltarei no grande expediente”.

O Sr. vereador Eder da Jampa disse: “Falar sobre fato acontecido no Hospital Trauminha, onde tivemos uma covarde agressão aos profissionais da área da saúde que ali estão dando o seu melhor, cuidando de vidas, tentando sarar os doentes dando o seu melhor. Muitos deles, vindo de jornadas cansativas, de plantões intensos em outros hospitais. Estão ali apenas cuidando, nada justifica tal ato covarde. Deixo minha solidariedade, o meu apelo à gestão municipal para que a segurança seja reforçada depois desse episódio acontecido. Esses profissionais que amam o que fazem, que é cuidar das pessoas. Vou me estender ainda mais do que as médicas que foram agredidas – aos enfermeiros, aos auxiliares de serviços gerais, que também estão passivos de tal ato. Eu me solidarizo e trago o tema para que a gente possa se conscientizar. Aquelas pessoas que foram as que agrediram, que foram

acompanhantes de pessoas que estavam ali, precisando de um exame, a gente até pode tentar ver alguma justificativa, do desespero, da demora do exame, mas nada justifica. A agressão é algo covarde. Por mais que tenha tido um atendimento ríspido, uma palavra grosseira, agredir nunca vai ser a solução para que possa ter seu pleito atendido. A agressão a qualquer profissional da área da saúde ou qualquer pessoa que está ali fazendo o que for, dentro de uma entidade pública, é inadmissível, não se pode aceitar. Deixar meu repúdio e minha solidariedade a todos os profissionais da saúde que estão ali se dedicando. Vimos que algumas providências foram tomadas, a Guarda Municipal reforçou a segurança, mas, pedimos que outras providências sejam tomadas e vamos acompanhar".

O Sr. vereador Marcos Henriques disse: "Senhor Presidente, hoje eu trago um tema que é fruto de uma militância de muitos anos aqui nesta Casa. Eu estou presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e Adolescente. Nessa frente também tem a vereadora Jailma, vereador Milanez, que está aqui, vereador Odon, vereador Toinho. Dezoito de março representa uma data importante na luta contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, mas os números relacionados a esse absurdo ainda são considerados alarmantes. Casos de violência infantojuvenil são registrados diariamente em toda João Pessoa, e destacamos que a conscientização da população é fortalecer a rede de proteção da criança e adolescente. Existe uma rede de proteção, são várias entidades que lutam contra essa chaga tão grande, que é a violência sexual. O movimento nacional Faça Bonito faz referência ao caso Araceli, menina de 8 anos assassinada em 18 de maio de 1973. Então, considerando relatórios recentes, os dados continuam preocupantes. Somando os dois semestres de 2024, detectou-se 2,65 milhões de usuários em grupos de canais de Telegram contendo imagens de abuso e exploração sexual. O avanço da violência, tendo a internet como meio de reprodução e intermediação da violência, é algo já conhecido, mas ainda sem políticas eficazes para esse enfrentamento. Segundo o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança, a relação do número de vítimas de estupro e de estupro de vulneráveis produz o cenário já conhecido. As vítimas são basicamente meninas, 88,2%; negras, 52,2%; e, no máximo, 13 anos, 61,6%, que são estupradas por familiares ou conhecidos, que juntam 84,7%, dentro das suas próprias residências. Então, crianças que, além de vivenciarem o trauma do abuso sexual, muitas vezes precisam lidar com a gravidez decorrente de uma violência, que mal compreendem. Os dados apresentados têm como fonte e análise os mais de 80 mil boletins de ocorrência de estupro e estupro de vulneráveis consumados em 2023, registrados pelas polícias civis de todo o país. Em 2024 e 2025 nós tivemos um acréscimo – o anuário ainda não saiu, mas os números são estarrecedores. Por isso, convocam-se, em todas as esferas, ações de incidência política, tal como audiência pública no Congresso Nacional, na Assembleia e nas Câmaras Municipais, para reivindicar ações de enfrentamento à violência sexual. A urgência em fortalecer o sistema de garantia e direitos de crianças e adolescentes é bastante importante. Nós aprovamos aqui o OCA – Orçamento da Criança e Adolescente – e é importante que a Prefeitura Municipal possa dotar o orçamento com recursos que possam fazer com que o sistema de garantia de direitos da criança e adolescente possa produzir materiais, sejam eles educativos, sejam eles preventivos, para que a gente possa combater esse problema tão sério, que é a exploração sexual da criança e adolescente".

O Sr. vereador Raoni Mendes disse: "Meus pares, muito bom dia. Aqueles que nos acompanham na galeria da Câmara, na TV Câmara, na Rádio Câmara, todos os cidadãos e cidadãs que estão aqui. Eu venho a esta tribuna tratar desse assunto extremamente sério e que precisa ser debatido com profundidade por esta Casa. E que bom que podemos ter o resultado da autoria do vereador Ícaro Chaves, da CPI da Cagepa, essa parceria público-privada envolvendo a Cagepa e os impactos diretos sobre os municípios paraibanos, em especial João Pessoa. O primeiro ponto que precisa ser lembrado é

algo muito simples: a titularidade dos serviços de saneamento e abastecimento é dos municípios. Isso está previsto na Constituição Federal e reafirmado pelo Marco Legal do Saneamento. Diante disso, causa enorme preocupação observar as negociações avançando sem o devido diálogo com os municípios e sem a participação efetiva da Câmara Municipal, que representa diretamente a população. Algo que eu ouço diretamente do vereador Fernando Milanez, todas as vezes: a importância desta Câmara Municipal. E qual foi o debate que esta Câmara participou? Qual a audiência pública que esta Câmara participou para poder permitir que o Marco Legal do Saneamento, que permite aos municípios terem a titularidade do funcionamento da água, fosse privatizado numa parceria público-privada? Melhor, corrigindo, não é razoável que decisões dessa magnitude, que impactam diretamente o futuro do abastecimento da água e do saneamento, sejam conduzidas sem o amplo debate institucional necessário. E aqui eu faço uma observação importante: esta Casa não pode ser mera espectadora, enquanto o futuro do saneamento da capital e da região metropolitana é discutido longe da população e das instâncias municipais. Outra preocupação que eu quero levantar aqui é o impacto dessa modelagem para os municípios do interior, que não estão incluídos nas áreas mais economicamente atrativas da parceria. Como é que ficará o subsídio cruzado? Como pequenas cidades, muitas vezes deficitárias, serão atendidas, caso a Cagepa perca as estratégias do litoral e das regiões mais rentáveis? Estamos falando de água, estamos falando de saneamento, estamos falando de um serviço essencial à vida. Esse debate não pode ser reduzido a uma simples discussão financeira ou contratual. Ele envolve soberania municipal, segurança hídrica, justiça social e responsabilidade com as futuras gerações. Defendo aqui que esta Casa acompanhe cada etapa do processo com atenção, responsabilidade e transparência. A população merece respostas claras e os municípios, todos eles envolvidos, os 223, merecem respeito. Muito obrigado".

O Sr. vereador Zezinho Botafogo, inicialmente, apresentou um vídeo sobre obra no Ponto de Cem Réis. Após a exibição do vídeo, disse: "Eu sempre que sou chamado, procuro atender ao chamamento do povo. E, como a gente tem dito aqui nesta Casa que a herança é muito maldita, isso é uma das principais obras da gestão do prefeito Cícero: o Ponto de Cem Réis, um dos pontos mais tradicionais da nossa cidade. Uma obra que ia durar sete meses, passou mais de dois anos. Assinou lá em 2024, entregou agora em 2026, e entregou desse jeito aí. Entregou com a população – crianças, adolescentes, idosos – arriscando sua própria vida quando chove no Ponto de Cem Réis. E as luminárias, muito bonitas as luminárias que ficaram lá. E aí, gente, o perigo que isso traz. Ainda bem que ontem a gestão de Léo Bezerra já mandou tomar providência e tirar aquelas luminárias, que devem ter dado muito trabalho, porque são inúmeras luminárias cheias de água. Se cair na cabeça de uma pessoa, com certeza leva à morte. Isso é uma das inúmeras irregularidades de obras deixadas pela gestão do então prefeito Cícero, que hoje manda a Casa aqui aprovar uma CPI, que todo mundo sabe como termina a situação dessa CPI, que nós vamos falar sobre ela. Hoje, aqui, se tem alguém que não tem um segundo de moral para falar de PPP é o ex-gestor dessa cidade. Está aí. Quem não lembra do que a Câmara... E, aí sim, que é o papel aqui dos colegas que fugiram das CPIs que foram solicitadas, e, eu repito: assinei a CPI, assinarei, mas não quero sequer ser membro de nenhuma CPI, principalmente dessa que foi aqui, hoje, apresentada e instalada pelo presidente da Casa, que, com todo respeito, atendeu a um pedido do ex-gestor".

Pelo tempo da liderança, o Sr. vereador Milanez Neto disse: "O que me chama a atenção é que, para falar sobre a Cagepa em redes sociais, tem muitas pessoas, mas para tratar da Cagepa olhando nos olhos da população, do nosso estado, da nossa cidade, poucos ficam para ouvir. E eu venho tratar sobre a mentira difundida nos últimos 3 dias, em relação à possível privatização da Cagepa. Essas pessoas

são irresponsáveis, são levianas. Eles, que ao longo da vida são acostumados a privatizar, a vender sem transparência, sem, muitas vezes, mostrar aos cidadãos o que está sendo feito com os recursos públicos. Mas vamos começar a diferenciar a privatização de parceria público-privada. Privatização, ocorreu com a Saelpa. Foi vendida a Energisa, e a Energisa passou a ser proprietária do serviço de energia pública do estado da Paraíba. Qual a diferença da Saelpa para a Cagepa? A Cagepa permanecerá viva, para a tristeza de muitos. Continuará tomando conta dos seus recursos, continuará com seus servidores, sem demitir ninguém, sem colocar ninguém para se aposentar, pagando os seus salários em dia. Para a tristeza de muitos, continuará prestando um serviço de excelência para o estado da Paraíba. Problemas? Sim. Serviços perfeitos? Não. Mas aberta para ouvir e para melhorar no que precisa ser melhorado. Esse é o primeiro ponto para a gente analisar. A segunda análise que precisa ser feita é sobre transparência. Transparência, não existe maior do que você abrir a bolsa de valores, à concorrência da PPP que foi realizada pela Cagepa. Não foi em lanchas em Angra dos Reis, como em 2020 foram vendidos serviços públicos da cidade de João Pessoa. Não foi vendido a crime organizado, facção criminosa. A venda realizada na parceria público-privada de parte do serviço do esgotamento, que irá receber pelo que produzir, não foi feita, como a gente viu, muitos serviços na cidade de João Pessoa serem realizados. Foi feito às claras, com o governador batendo o martelo e o leilão público na bolsa de valores no país. Não foi na calada da noite, às escondidas, sem a gente saber sequer o que estava sendo feito. Não foi como foi feita a Zona Azul, recentemente, aqui na cidade, onde a gente entregou o que é nosso de direito, que são as ruas, para ser pago a uma empresa privada e a empresa privada repassar para o município 10% do que é arrecadado. A PPP que foi feita pela Cagepa, quem vai receber o recurso é a Cagepa, e a Cagepa vai pagar pelo que foi executado pela empresa que se submeteu ao certame na bolsa de valores. Olhem, como é diferente: aqui, quem vai receber é a Cagepa. Quem vai continuar gerindo os recursos públicos é a Cagepa e a Cagepa vai, tão somente, pagar pelo que vai ser produzido por essa empresa. Esse desespero é porque 85 cidades vão ser tiradas da margem da pouca saúde, do esgoto a céu aberto, e terão um saneamento digno. Oitenta e cinco cidades vão ser mudadas as suas histórias, e eu acho que isso é o que incomoda tanto as pessoas que estão desejando que isso não ocorresse, mentindo descaradamente para o estado da Paraíba. Mas eu também creio muito que a mentira jamais vencerá a verdade. A mentira jamais ficará sendo escondida durante muito tempo, e nós não podemos deixar que a mentira possa sobressair à verdade. Tentaram desqualificar o certame. Eu acho que é difícil você desqualificar algo feito na bolsa de valores do nosso país. Não tem transparência maior. Não conseguem dizer que é uma venda, e eu estou acabando de dar um exemplo: venda foi a Saelpa, onde a Energisa comprou e é proprietária. Não existe venda quando a Cagepa continua gerindo recurso da própria Cagepa e pagando a uma empresa pelo que é executado. Tentaram desqualificar a empresa. Não a conheço, vereador Odon. Vou logo lhe avisando, não a conheço, nunca ouvi falar, não sei quem é. Ouvi, muitas vezes aqui, dizendo que quem ia ganhar era uma empresa portuguesa. Parece que quem ganhou foi uma empresa espanhola. Se ganhou, deve ter tido a oferta que foi feita. Agora, vocês ficarem o tempo todo tentando manchar a honra de pessoas que não cabe essa mancha, não vão. E, enquanto eu estiver nessa Casa, eu defenderei a Cagepa, defenderei os funcionários da Cagepa que foram colocados à prova, inclusive, dito que estavam quebrando a Cagepa para poder viabilizar a venda. Eu vou continuar defendendo a trajetória de João, a trajetória de Lucas, a trajetória de quem está construindo um estado melhor. Se muitos que jogaram contra a cidade, que venderam serviços públicos, que continuam tentando fazer o mal à cidade de João Pessoa, estão aí pousando como bons moços e como homens da honestidade e da dignidade pública... Não! Vamos enfrentar a CPI da Cagepa. Vou estar sentado aqui em todas as audiências para fazer o bom debate, sem medo, sem ter vergonha do que estou defendendo. Agora, eu queria ver os mesmos que querem a CPI da Cagepa terem coragem de fazer a CPI do crime organizado, fazer a CPI da Emlur – que está aí

mostrando a realidade do que está construindo para a cidade de João Pessoa –, fazer as CPIs da Inovatec, que as pessoas irão conhecer essa verdade. Se não irão conhecer pela CPI, não tenho dúvida de que irão conhecer pela Justiça, irão conhecer pelo Tribunal de Contas, irão conhecer pelo Ministério Público, porque não terá nada obscuro aos olhos da nossa cidade enquanto a bancada de oposição estiver aqui, vigilante e responsável. Não quero o quanto pior, melhor, mas não fugirei a nenhum debate que seja necessário travar nessa Casa. Muito obrigado, presidente".

A Sr.ª vereadora Jailma Carvalho disse: "Falar depois de um líder é um grande desafio. Eu subscrevo totalmente o que Vossa Excelência trouxe ao plenário. Digo com muita tranquilidade: não terei problema nem dificuldade nenhuma de fazer o debate sobre a Cagepa, porque, quando a gente tem certeza do que a gente defende, a gente tem muita tranquilidade e sinceridade. E espero que os companheiros que aprovaram e que pautaram a CPI aqui tenham o mesmo compromisso com a CPI que tiveram com a audiência, porque propuseram a CPI, mas, na hora de debater aqui com o presidente da Cagepa, nesta Casa, a audiência aprovada nesta Casa, não estiveram presentes. Mas nós estaremos aqui, como o meu líder colocou, atentos e vigilantes e fazendo o bom debate que a cidade precisa e merece. E hoje eu quero falar, lamentar aqui, pois hoje tivemos dois vetos, um do natimorto, que a gente abordou aqui em plenário, e o outro, eu tive um veto que era o nome de Dona Nil, para uma cozinha comunitária lá no Alto do Mateus. Dona Nil, moradora, uma liderança daquela comunidade. Hoje o primeiro veto foi mantido, o veto foi por conta do currículo. O líder da situação, o vereador Odon, está esclarecendo aqui. Eu tinha preparado toda a minha pauta aqui para fazer defesa, mas aqui há um acordo para a gente reapresentar o projeto. Então, eu vou reapresentar o projeto para o nome da cozinha comunitária lá do Alto do Mateus ser nomeado com o nome de Dona Nil, esposa do professor Joilson, que todo mundo no Alto conhece. Infelizmente, Dona Nil partiu ano passado, e aqui é uma forma da gente homenagear essa mulher comprometida com os movimentos comunitários, na luta por igualdade e direito dos trabalhadores e trabalhadoras. Então, eu até tinha separado aqui, líder, alguns projetos de leis que passaram sem um currículo, mas aqui eu vou, em acordo com o líder da situação, reapresentar o projeto. Agradeço a sensibilidade do vereador Odon e, na quinta-feira, eu já vou reapresentar o projeto. Agradeço a compreensão de todos e todas, e estamos prontas e preparadas para fazer o bom debate sobre a Cagepa. Desde já, boa tarde a todos e todas. Obrigada".

3 GRANDE EXPEDIENTE (*****)

Não houve.

4 ENCERRAMENTO

Às 12h32, na presidência, o Sr. vereador Zezinho Botafogo declarou encerrada a presente sessão, marcando a próxima em local e data regimentalmente estabelecidos.

Esta ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa (*****), sob a orientação da Primeira-Secretaria da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação plenária.

(*) Com base nos dados registrados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL – sobre a referida Sessão.

(**) De acordo com pauta emitida pelo Setor de Expediente registrada no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.
(***) Com base na pauta emitida pela Secretaria Legislativa e em relatórios de votação disponibilizados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.
(****) Com base na lista de presença do painel.
(*****) Com base nos registros de áudio dos discursos proferidos, em documentos e em reprografias remetidos ao Núcleo.

Sala das sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, aos 19 dias do mês de maio do ano de 2026.

Vereador Marcos Henriques e Silva	Vereador Antônio Fábio Soares Carneiro – Fábio Carneiro
Presidente da Mesa	**Primeiro-Secretário**